



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA  
CELSO SUCKOW DA FONSECA  
CÂMPUS NOVA FRIBURGO**

**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO  
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**

**NOVA FRIBURGO  
2012**

Direção-Geral  
CARLOS HENRIQUE FIGUEIREDO ALVES

Vice-Direção  
MAURÍCIO SALDANHA MOTTA

Direção do Câmpus Nova Friburgo  
FERNANDA ROSA DOS SANTOS

Gerência Acadêmica  
ISABEL CRISTINA SÊCO LOUREIRO

Divisão Acadêmica  
RODRIGO REIS GOMES

Gerência Administrativa  
LEANDRO FELIPE GALLIZA

### **COMISSÃO DE ELABORAÇÃO**

Gerência Acadêmica  
ISABEL CRISTINA SÊCO LOUREIRO

Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo  
CAMILA CARNEIRO DAZZI

Professores  
BIANCA DE FRANÇA TEMPONE FELGA DE MORAES  
CAMILA CARNEIRO DAZZI  
CRISTIANE PASSOS DE MATTOS  
EDVAR FERNANDES BATISTA  
FABIANA RODRIGUES DIAS  
FERNANDA ROSA DOS SANTOS  
MARCELO AUGUSTO MASCARENHAS  
SUZANA DE CARVALHO BARROSO AZEVEDO  
WILTON JORGE DE MATTOS NEVES

Técnicos em Assuntos Educacionais  
CELIO DINIZ RIBEIRO  
REGINA CÉLIA STROLIGO DE SOUZA

Pedagoga  
CRISTINA KNUPP HUBACK

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	1
<b>1 O CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA</b>	2
1.1 Histórico	2
1.2 Filosofia, princípios e valores	4
1.3 Missão	5
1.4 Finalidades e Objetivos	6
<b>2 CÂMPUS NOVA FRIBURGO</b>	7
2.1 Breve Histórico	7
2.2 Contexto Geográfico e Sócio Econômico	7
2.3 O Turismo na Região Serrana - Nova Friburgo	18
<b>3 O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO</b>	21
3.1 Breve Histórico	21
3.2 Bases legais	23
3.3 Concepção filosófica e pedagógica	24
3.4 Objetivos do Curso	25
3.5 Perfil do egresso	26
3.6 Organização Curricular	27
3.6.1 Matriz Curricular	28
3.6.2 Estágio Supervisionado	30
3.6.2.1 Legislação, conceitos e objetivos	31
3.6.3 Trabalho de Conclusão de Curso	33
3.6.4 Metodologia e Avaliação	34
3.7 Articulação entre Prática e Teoria	36
3.8 Atividades Complementares	37
3.9 Ensino, Pesquisa e Extensão	40
3.9.1 Projetos de Pesquisa	40
3.9.2 Projetos de Extensão	41
<b>4 GESTÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA</b>	43
4.1 Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo	43
4.2 Núcleo Docente Estruturante	45
<b>5 CORPO DOCENTE</b>	47
<b>6 SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA</b>	51
<b>REFERÊNCIAS</b>	54
<b>APÊNDICE: EMENTÁRIO</b>	57

## **APRESENTAÇÃO**

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Câmpus Nova Friburgo (CEFET/RJ Câmpus Nova Friburgo) iniciou as atividades acadêmicas no segundo semestre do ano de 2008 para o período noturno, com oferecimento de 30 vagas.

Os cursos de Turismo no Brasil são recentes em Instituições Federais. A primeira Universidade Pública a ter em seu quadro de oferta de cursos o de Turismo foi a Universidade Federal do Paraná em 1978. Com o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, ofertado pelo Câmpus Nova Friburgo, o CEFET/RJ contribui para o gradativo aumento dos cursos superiores de Turismo, que hoje totalizam mais de 15 (quinze) em todo o Brasil.

A importância da implementação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro se verifica diante da total inexistência de cursos públicos superiores em Turismo na Região, paralela a notória demanda por profissionais para atuar no novo, complexo e promissor mercado de trabalho em turismo. O Curso visa, em médio prazo, a formação de profissionais diferenciados para atuar neste setor.

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo (CEFET/RJ Câmpus Nova Friburgo) é apresentado em detalhes neste texto, que é o instrumento norteador para implementação e consolidação do curso.

# 1 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

## 1.1 Histórico<sup>1</sup>

No Brasil, os Centros Federais de Educação Tecnológica refletem a evolução de um tipo de instituição educacional que, no século XX, acompanhou e ajudou a desenvolver o processo de industrialização do país.

Situada na cidade que foi capital da República até 1960, a Instituição teve sua vocação definida a partir de 1917, quando, criada a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás pela Prefeitura do Distrito Federal – o início da trajetória –, recebeu a incumbência de formar professores, mestres e contramestres para o ensino profissional.

Em 1919, a Escola Normal passou à jurisdição do Governo Federal e, em 1937, ao se reformular a estrutura do então Ministério da Educação, foi transformada em liceu destinado ao ensino profissional de todos os ramos e graus, como aconteceu às Escolas de Aprendizes Artífices, que, criadas nas capitais dos Estados, por decreto presidencial de 1909, para proporcionar ensino profissional primário e gratuito, eram mantidas pela União.

Naquele ano de 1937 tinha sido aprovado o plano de construção do liceu profissional que substituiria a Escola Normal de Artes e Ofícios. Antes, porém, que o liceu fosse inaugurado, sua denominação foi mudada, passando a chamar-se Escola Técnica Nacional, consoante o espírito da Lei Orgânica do Ensino Industrial, promulgada em 30 de janeiro de 1942. A essa Escola, instituída pelo Decreto-Lei no 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, coube ministrar cursos de 1º ciclo (industriais e de mestria) e de 2º ciclo (técnicos e pedagógicos).

Com a autonomia administrativa trazida pelo Decreto no 47.038, de 16 de outubro de 1959, a Escola Técnica Nacional passou, gradativamente, a extinguir os cursos de 1º ciclo e atuar na formação exclusiva de técnicos. Em 1966, foram implantados os cursos de Engenharia de Operação, introduzindo-se, assim, a formação de profissionais para a indústria em cursos de nível superior de curta

---

<sup>1</sup> Texto extraído e adaptado do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2010-2014, do CEFET/RJ.

duração. Os cursos eram realizados em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, para efeito de colaboração do corpo docente e expedição de diplomas. A necessidade de preparação de professores para as disciplinas específicas dos cursos técnicos e dos cursos de Engenharia de Operação levou, em 1971, à criação do Centro de Treinamento de Professores, funcionando em convênio com o Centro de Treinamento do Estado da Guanabara (CETEG) e o Centro Nacional de Formação Profissional (CENAFOR).

Durante esse período, a Escola recebeu outras designações: Escola Técnica Federal da Guanabara, em 1965, pela identificação com a denominação do respectivo Estado; Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca, em 1967, como homenagem póstuma ao primeiro Diretor escolhido a partir de uma lista tríplice composta pelos votos dos docentes. Finalmente, a transformação de Escola Técnica Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica dá-se pela Lei no 6.545, de 30 de junho de 1978. 7.

Desde essa data, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ passou ter objetivos conferidos a instituições de educação superior, devendo atuar como autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar. Com efeito, desde 1978, o Centro passou a ofertar cursos de graduação em engenharia industrial e, a partir de 1992, cursos de mestrado em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Com câmpus-sede localizado na cidade do Rio de Janeiro, as atividades acadêmicas do CEFET/RJ se estendem a quatro câmpus: um no município de Nova Iguaçu, alcançando a população da Baixada Fluminense; outro, em Maria da Graça, antiga região industrial do Rio de Janeiro servida de linhas de ônibus e metrô com acesso ao subúrbio e municípios vizinhos; os dois outros nas cidades de Nova Friburgo e Petrópolis, polos de tecnologia, moda e turismo na Região Serrana do Estado. Inserida na 2ª etapa do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Instituição implementou, em 2010, dois novos câmpus, em Itaguaí e Angra dos Reis, municípios da Região da Costa Verde, além de um Núcleo Avançado no município de Valença, antiga região cafeeicultora.

Constituindo, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/RJ continua a reconhecer-se como instituição dedicada à formação de profissionais capazes de, em diferentes níveis de intervenção, aplicar conhecimentos técnicos e científicos às atividades de produção e serviços, sem perder de vista a dinâmica social do desenvolvimento.

## **1.2 Filosofia, princípios e valores<sup>2</sup>**

Corresponde à filosofia orientadora da ação no CEFET/RJ compreender essa instituição educacional como um espaço público de formação humana, científica e tecnológica. Compreender, ainda, que:

- todos os servidores são responsáveis por esse espaço e nele educam e se educam permanentemente;
- os alunos são corresponsáveis por esse espaço e nele têm direito às ações educacionais qualificadas que ao Centro cabe oferecer;
- a convivência, em um mesmo espaço acadêmico, de cursos de diferentes níveis de ensino e de atividades de pesquisa e extensão compõe a dimensão formadora dos profissionais preparados pelo Centro (técnicos, tecnólogos, engenheiros, administradores e outros bacharéis, docentes, mestres, doutores), ao mesmo tempo em que o desafia a avançar no campo da concepção e realização da educação tecnológica.

A filosofia institucional expressa-se, ainda, nos princípios norteadores do seu projeto pedagógico, documento (re)construído com a participação dos segmentos da comunidade interna (servidores e alunos) e representantes dos segmentos produtivo e outros da sociedade. Integram tais princípios:

- defesa das condições garantidoras de qualidade social para a educação pública viabilizada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em sua diversidade institucional;

- reafirmação da identidade institucional vinculada à formação de profissionais de diferentes níveis no projeto de transformação de Centro Federal de Educação Tecnológica em Universidade Tecnológica Federal;
- adoção de projetos de verticalização e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, da educação básica à pós-graduação, como característica metodológica de formação na área tecnológica;
- consolidação de políticas de ensino, pesquisa e extensão que, compromissadas com o desenvolvimento nacional e regional, a disseminação e produção de conhecimento, a formação de pessoas, e a responsabilidade social e ética, continuem a legitimar a atuação institucional junto à sociedade;
- preservação e sustentação da autonomia institucional definida em lei;
- aperfeiçoamento permanente dos processos de gestão democrática e descentralização gerencial nas instâncias acadêmicas e administrativas, mediante adoção de estruturas colegiadas, mecanismos de participação de todos os segmentos da comunidade interna, socialização de informações e transparência na utilização de recursos;
- observância de aspectos inerentes ao caráter público e de identidade formadora da Instituição: valorização do ser humano e do trabalho; respeito à pluralidade e divergências de idéias, sem discriminação de qualquer natureza; adesão à tecnologia a serviço da promoção humana; compromisso social; diálogo constante e parcerias com instituições/entidades representativas da sociedade; responsabilidade funcional e ética.

### 1.3 Missão<sup>3</sup>

Observadas a finalidade e as características atribuídas aos Centros Federais de Educação Tecnológica e a responsabilidade social de que essas se revestem, o CEFET/RJ continua a assumir como missão institucional:

Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, na interação com a sociedade, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de

---

<sup>2</sup> Texto extraído e adaptado do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2010-2014, do CEFET/RJ. Disponível em < [http://cefet-rj.br/files/desenvolvimento/pdi/pdi\\_2010\\_2014.pdf](http://cefet-rj.br/files/desenvolvimento/pdi/pdi_2010_2014.pdf)>.

<sup>3</sup> Idem. Ibd.



profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade.

#### 1.4 Finalidades e Objetivos<sup>4</sup>

O CEFET/RJ tem por finalidade o oferecimento de educação tecnológica. Configura-se como instituição de ensino superior pluricurricular, especializada na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.

Constituem objetivos prioritários do CEFET/RJ:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- realizar pesquisa, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

---

<sup>4</sup> Texto extraído e adaptado do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2010-2014, do CEFET/RJ. Disponível em < [http://cefet-rj.br/files/desenvolvimento/pdi/pdi\\_2010\\_2014.pdf](http://cefet-rj.br/files/desenvolvimento/pdi/pdi_2010_2014.pdf)>.

## **2 CÂMPUS NOVA FRIBURGO**

### **2.1 Breve Histórico**

O Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/RJ) é autarquia federal que, vinculada ao Ministério de Educação, detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, com o objetivo de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão. Seus câmpus possuem sede própria, mas mantêm dependência administrativa, pedagógica e financeira em relação à sede a que estão vinculados.

O Câmpus Nova Friburgo iniciou suas atividades em 18 de agosto de 2008 com os seguintes cursos: Curso Técnico em Informática Industrial e Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Turismo e Licenciatura em Física, tendo a cerimônia solene de inauguração ocorrido em 04 de dezembro do mesmo ano. Está localizado no bairro Prado, na cidade de Nova Friburgo, à avenida Governador Roberto Silveira, 1900.

O Câmpus Nova Friburgo tem sua história inserida no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal, que prevê a expansão da Rede Federal de Ensino com a criação de uma escola técnica em cada cidade-pólo do país. O Câmpus Nova Friburgo tem como parceiros Estratégicos públicos o Governo Federal, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e suas secretarias. Seus parceiros estratégicos privados são: STAM, FIRJAN, ACIANF e Nova Friburgo Convention Bureau.

A autorização para seu funcionamento foi dada pela Resolução Nº 15 A/08 de 15 de agosto de 2008, a qual levou em consideração a existência de crescente carência de mão-de-obra especializada nas diversas áreas do saber, a necessidade de promover a educação profissional de qualidade nos diferentes níveis e, ainda, a necessidade de proporcionar maior desenvolvimento à região atendida pelo Câmpus Nova Friburgo.

### **2.2 Contexto Geográfico e Sócio Econômico**

O Câmpus de Nova Friburgo está localizado em Conselheiro Paulino, sexto distrito do município de Nova Friburgo. Segundo regionalização do CIDE (Centro de

Informações e Dados do Rio de Janeiro), Nova Friburgo situa-se na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro e possui, segundo dados do último censo demográfico, cerca de cento e oitenta e dois mil habitantes (IBGE, 2010). Possui sítio urbano caracterizado pelas feições geomorfológicas da Serra do Mar, tendo seu distrito-sede localizado na altitude de 840 metros.

A colônia de Nova Friburgo foi criada por decreto real no dia 16 de maio de 1818, quando D. João VI contratou a vinda de 400 famílias suíças para instalar-se nesta área, na época era conhecida como Fazenda do Morro Queimado. Em 1824, foi acrescido à Vila de Nova Friburgo um contingente alemão. A partir dessa data, a região passou a receber imigrantes italianos, libaneses espanhóis e japoneses, entre outros.

Sabe-se que em 1820, realizou-se a festa de fundação da Vila de Nova Friburgo no contexto da distribuição de lotes aos colonos suíços, emigrantes vindos dos cantões de Fribourg, Valais, Vaud, Genève e Neuchâtel.<sup>5</sup> Tal processo histórico relegou às formas urbanas do município notável beleza cênica e importância histórica, paisagens urbanas que são apropriadas pelo turismo. Apresenta 933 km<sup>2</sup> com extensas áreas cobertas por mata atlântica, o que confere outra característica de seu espaço intra-municipal: a existências de várias unidades de conservação que têm no turismo uma de suas possibilidades de gestão e geração de renda.

O município destaca-se economicamente, apresentando-se como pólo para a Região Serrana, juntamente com Petrópolis e Teresópolis.

Neste sentido, vale ressaltar que há uma oferta incipiente de cursos superiores públicos oferecidos na cidade e que a ampliação desta oferta pode induzir dinamismo econômico a toda a Região Serrana.

No que diz respeito ao contexto sócio econômico do município de Nova Friburgo, é interessante tomarmos conhecimento de algumas estatísticas apresentadas por órgãos de pesquisa e gestão como, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], o Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD]. Dando início às nossas análises sobre deste município, vejamos as informações apresentadas na tabela 1,

---

<sup>5</sup> ARAÚJO, João Raimundo de. **Nova Friburgo: a construção do mito da "Suíça brasileira" 1911-1960**, Niterói: Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, agosto/2003.

acerca da variação no índice de desenvolvimento humano [IDH] ao longo das três última décadas.

**Tabela 1 – Valores do IDH para Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro e Brasil, além da posição municipal e estadual no ranking nacional, conforme os valores do IDH para os anos de 1991 e 2000**

Território	1991		2000		2010
	IDH	Pos. rank nac.	IDH	Pos. rank nac.	IDH
Nova Friburgo	0,735	508 <sup>o</sup>	0,810	375 <sup>o</sup>	-
Estado do Rio de Janeiro	0,753	6 <sup>o</sup>	0,807	6 <sup>o</sup>	-
Brasil	0,696	-	0,766	-	0,699

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2012.

Antes de avançarmos para a interpretação da tabela acima, é importante mencionar que não foi trabalhado o IDH de 2010 para o município e estado expostos, em razão destes ainda não terem sido divulgados pelo PNUD.

Conforme os valores apresentado acima, é relevante destacar que o IDH é uma medida que varia entre 0 e 1, onde 0 representa o menor nível de desenvolvimento humano e 1 o maior valor para esta característica. Observando os valores apresentados, é interessante notar que entre 1991 e 2000 Nova Friburgo apresentou uma melhora neste indicador de desenvolvimento humano. Vale observar também que, neste último ano, o IDH friburguense ultrapassou o índice médio observado para o estado do Rio de Janeiro. Outro fato curioso é que, tanto em 1991 quanto em 2000 o indicador de Nova Friburgo apresentou resultados superiores ao IDH nacional. Outra variação importante é a posição deste município no ranking nacional de cidades conforme o valor do IDH. Se em 1991 Nova Friburgo era o 508<sup>o</sup> município com o melhor índice, no ano 2000 sua posição no cenário nacional subiu para a colocação 375.

De acordo com o PNUD, podemos considerar a distribuição do IDH conforme as seguintes níveis de desenvolvimento humanos:

- IDH até 0,499 representa desenvolvimento humano considerado baixo;
- IDH entre 0,500 e 0,799 são valores considerados de médio desenvolvimento humano;
- IDH maior que 0,800 representa desenvolvimento humano elevado.

Considerando o valor do IDH observado para Nova Friburgo em 2001, podemos afirmar que o município alcançou o status de elevado desenvolvimento humano.

Passaremos agora a tratar de algumas informações sobre a distribuição de renda em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro e Brasil, expostas na tabela de número 2.

**Tabela 2 – Valores do índice L de Theil para avaliação da desigualdade na distribuição de renda, para os casos de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro e Brasil, além da posição municipal e estadual no ranking brasileiro, conforme os dados encontrados para os anos de 1991, 2000**

Território	1991		2000		2010
	Índice L de Theil	Pos. rank nac.	Índice L de Theil	Pos. rank nac.	Índice L de Theil
Nova Friburgo	0,514	3448 <sup>o</sup>	0,510	2779 <sup>o</sup>	-
Estado do Rio de Janeiro	0,673	11 <sup>o</sup>	0,664	9 <sup>o</sup>	-
Brasil	0,695*	-	0,727**	-	0,597***

Nota: como não foram encontrados os valores de Theil para o Brasil, em 1991, 2000 e 2010, optou-se por apresentar os

deste índice para os seguintes anos:

\* 1992

\*\* 2001

\*\*\* 2009

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2012.

Antes de prosseguirmos para a análise da tabela 2, também é importante dizer que não fizemos uso dos índices L de Theil de 2010 para os níveis municipal e estadual em razão destes valores não terem sido divulgados pelo IPEA até então (abril de 2012). Falando das opções de índices para avaliar a distribuição de renda, optamos pelo uso do índice L de Theil em função desta estatística ser divulgada não apenas para o território nacional e estados, mas também para o caso dos municípios. Na interpretação desta variável, podemos dizer que valores iguais a 0 representam igualdade absoluta na distribuição de renda e, quanto maiores forem os resultados para o índice L de Theil, mais desigual será esta característica na localidade de estudo.

Conforme os valores expostos na tabela 2, podemos ver que os programas de redução da pobreza realizados na última década apresentaram grandes resultados para o Brasil como um todo. Os índices L de Theil para os anos de 2001 e 2009 deixam esta realidade bastante clara aos nossos olhos (queda de 0,727 para 0,597). Agora falando sobre a situação no estado do Rio de Janeiro e município de Nova Friburgo, vemos que entre 1991 e 2000 foi observada uma pequena redução na má distribuição de renda observada para estes dois território. Vale observar que, neste mesmo período, enquanto pudemos observar uma melhora na distribuição de renda para município e estado, no cenário nacional a perspectiva encontrada foi justamente o contrário disso, ou seja, agravamento da concentração de renda. Resta

saber o que dirão os indicadores municipal e estadual para o ano de 2010, quando estes forem divulgados.

Ainda falando do cenário municipal e sua realidade a respeito da distribuição de renda, apesar da melhora observada entre 1991 e 2000, pode-se dizer que o resultado continua bastante negativo ao comparar o contexto da cidade com a perspectiva nacional. Se considerarmos que o Brasil tinha mais de 5 mil municípios em qualquer um destes anos, vemos que Nova Friburgo ocupava posições muito ruins tanto em 1991 quanto 2000. No primeiro ano em questão, a cidade ficou apenas no 3448º lugar e no segundo ano, subiu para o 2779º lugar (neste ranking o município que ocupava a primeira posição nacional era a cidade com maior homogeneidade na distribuição de renda em todo o Brasil).

**Tabela 3 - Números absolutos sobre o total de Unidades Locais de empresas e o total de pessoal ocupado, conforme área econômica de atuação em Nova Friburgo, para os anos de 1996, 2001 e 2006.**

Área da economia	Número de Unidades Locais (Unidades)			Pessoal ocupado total (Pessoas)		
	1996	2001	2006	1996	2001	2006
Total	5.392	7.280	8.626	29.866	42.066	53.375
A Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	15	20	19	78	53	61
B Pesca	-	-	2	-	-	X
C Indústrias extrativas	11	13	13	75	92	80
D Indústrias de transformação	1.015	1.282	1.583	9.169	13.595	17.518
E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3	3	3	561	111	327
F Construção	122	172	165	576	948	1.196
G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	2.686	3.360	3.840	6.712	11.415	13.871
H Alojamento e alimentação	478	642	676	1.729	2.129	2.448
I Transporte, armazenagem e comunicações	90	142	207	1.898	2.158	2.686
J Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	42	64	71	446	517	494
K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	441	717	914	1.579	2.470	2.500
L Administração pública, defesa e seguridade social	8	3	10	38	2.603	5.043
M Educação	99	150	252	1.584	1.833	2.071
N Saúde e serviços sociais	74	127	166	3.865	1.990	2.938
O Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	308	585	705	1.556	2.152	2.137
P Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-
Q Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-

Nota: Os dados com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter X.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

De acordo com os dados de unidades locais (UL's) de empresas formalizadas em Nova Friburgo, podemos notar que ocorreu um grande aumento das UL's ao longo dos 11 anos de análise. Entre 1996 e 2001 o crescimento foi de aprox. 35%, e entre 2001 e 2006 o aumento foi de aprox. 18%. O total de crescimento acumulado entre 1996 e 2006 chegou próximo dos 60%.

Dando um novo rumo às análises da realidade sócio econômica de Nova Friburgo, vejamos na tabela 3 como se mostra a distribuição das atividades produtivas neste território.

No que concerne às áreas em que atuam as UL's das empresas situadas em Nova Friburgo, vale destacar que os três maiores segmentos de trabalho em 2006 foram, respectivamente, os seguintes: em primeiro lugar temos o comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; em segundo lugar observamos a indústria de transformação, e em terceiro a área de atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas. As empresas destes três grandes segmentos da economia friburguense representavam 44%, 18% e 10% do total de UL's das empresas formalizadas naquela cidade. Isto quer dizer que mais de 73% das unidades locais (de empresas) formalizadas na cidade Nova Friburgo, em 2006, estavam concentradas apenas nestas três grandes áreas de atuação.

Concentrando nossa análise no universo de pessoal ocupado total (total de trabalhadores formalizados) que atuam na cidade de Nova Friburgo, também foi possível notar um crescimento bastante significativo entre os anos de 1996 a 2001 e 2001 a 2006. Para estes períodos, respectivamente, observou-se os seguintes aumentos no número de trabalhadores do município: 40% e 26%, com um total acumulado de 78% entre 1996 e 2006.

Sobre a distribuição dos trabalhados na diferentes áreas econômicas da cidade de Nova Friburgo, pode-se notar uma configuração diferentes daquela observada para o caso das UL's. Neste segundo ponto de observação, vemos que o segmento mais representativo no quesito geração de empregos é a área de indústria transformação. Este fato é observado nos 3 anos de análise aqui apresentados. Este tipo de constatação se justifica pela grandiosidade da indústria têxtil (focada no mercado de moda íntima), que abastece não só Nova Friburgo e região como uma enorme variedade de revendedores em todo o Brasil. Ao observar as 3 áreas econômicas que mais apresentavam trabalhadores formalizados em 2006, podemos

destacar os seguintes campos: a indústria de transformação, com 32% de todos trabalhadores formais de Nova Friburgo; o comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, com 25% dos empregados formais nesta cidade e, em terceiro lugar, vemos o setor de administração pública, defesa e seguridade social, com aprox. 10% dos trabalhadores naquele ano.

Ainda no que diz respeito à tabela 3, vamos centrar nossa atenção a um grupo específico da economia friburguense; o setor de alojamento e alimentação. Apesar deste não ser um segmento que possa representar integralmente o setor de turismo da cidade em questão, podemos dizer que o mesmo pode ser encarado com uma variável proxy desta área, ou seja, um grupo que pode representar aproximadamente, de alguma forma (mesmo que não seja exatamente fiel), o setor de turismo naquele município. Definitivamente esta não é uma variável que pode nos dizer com certeza o quanto a economia deste segmento cresceu ou diminuiu, mas certamente pode nos dar indicações, tendência gerais sobre os caminhos que esta atividade tem apresentado.

Retomando a análise das UL's em 1996, 2001 e 2006, podemos ver que as unidades locais do setor de alojamento e alimentação representaram respectivamente 8,9%, 8,8% e 7,8% do total de UL's encontradas em toda economia da cidade. Durante estes 3 anos, o setor em questão foi a 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> área mais importante da economia friburguense, respectivamente, segundo o número de UL's. Esta perda de representação que as atividades de alojamento e alimentação vivenciaram na economia de Nova Friburgo não se deve à retração ou baixo crescimento desta área específica, mas sim a uma ampliação da diversidade econômica entrada nesta cidade. Em termos concretos, isto é um bom sinal, uma vez que economias concentradas em poucos segmentos de atuação correm muito mais riscos do que cidades com mercados mais diversificados; em termos populares, pode-se dizer que é o mesmo risco que se corre ao colocar todos os ovos em apenas um cesto. Este tipo de variação também pode ser observada na representatividade observada para o número de trabalhadores do setor de alojamento e alimentação. Em termos percentuais, podemos dizer que os empregados desta área representaram 5,8%, 5,1% e 4,6% do total de trabalhadores da economia friburguense nos anos de 1996, 2001 e 2006, respectivamente. Tais números deram ao setor de alojamento e alimentação o status de 5<sup>o</sup>, 7<sup>o</sup>, e 7<sup>o</sup>



segmento da economia que mais empregou nos três anos citados, nesta mesma ordem.

**Tabela 4 - Quantidade de Unidades Locais (UL's) de empresas em Nova Friburgo, segundo o número de trabalhadores, para o total da economia e para o setor de alojamento e alimentação, nos anos de 1996, 2001 e 2006.**

N. de trabalhadores	Número de UL's					
	Total da economia			Alojamento e alimentação		
	1996	2001	2006	1996	2001	2006
Total	5.392	7.280	8.626	478	642	676
0 a 4	4.285	5.576	6.558	380	508	527
5 a 9	653	972	1.106	61	89	92
10 a 19	303	441	599	28	35	42
20 a 29	81	130	162	7	6	10
30 a 49	22	81	104	-	4	5
50 a 99	25	48	57	2	-	-
100 a 249	15	21	29	-	-	-
250 a 499	5	4	5	-	-	-
500 e mais	3	7	6	-	-	-

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

Outro tipo de informação que é interessante de ser analisada é o tamanho das empresas segundo o número de empregados atuando nestas organizações. De acordo com a tabela número 4, podemos ter uma visão bastante clara do tipo de UL's que prevalecem na cidade em questão. De acordo com os números observados, vemos que as micro e pequenas empresas são absoluta maioria dentro deste município. Considerando um total de 8626 unidades locais em 2006, é possível notar que aproximadamente 76% destas organizações tinham entre 0 e 4 funcionários (as organizações com 0 funcionários são aquelas empresas ou entidades em que não há funcionário registrado e seus trabalhadores são apenas os sócios/proprietários dos estabelecimento), e cerca de 12% tinham entre 5 e 9 funcionários. As organizações com 10 ou mais trabalhadores formais não representavam nem 12% do total de UL's das empresas encontradas em Nova Friburgo no ano de 2006. É significativo ressaltar que este tipo de estrutura organizacional é típico das entidades/empresas com gestão familiar.

Com relação à tabela 4, vale destacar o mesmo tipo de observação acerca do tamanho das UL's para o campo de alojamento e alimentação. Se formos averiguar a proporção das entidades desta área que estejam nas faixas de 0 a 4 funcionários e de 5 a 9, notamos que estas representam aproximadamente 78% e 13%, o que dá

cerca de 91% do total de empresas da área de alojamento e alimentação situadas em Nova Friburgo no ano de 2006. Vale lembrar que, segundo estas informações, comparadas com o total da economia friburguense, não é errado dizer que as empresas deste último setor (alojamento e alimentação) apresentam um porte ainda menor que o tamanho médio das empresas daquela cidade, no que diz respeito ao número de funcionários.

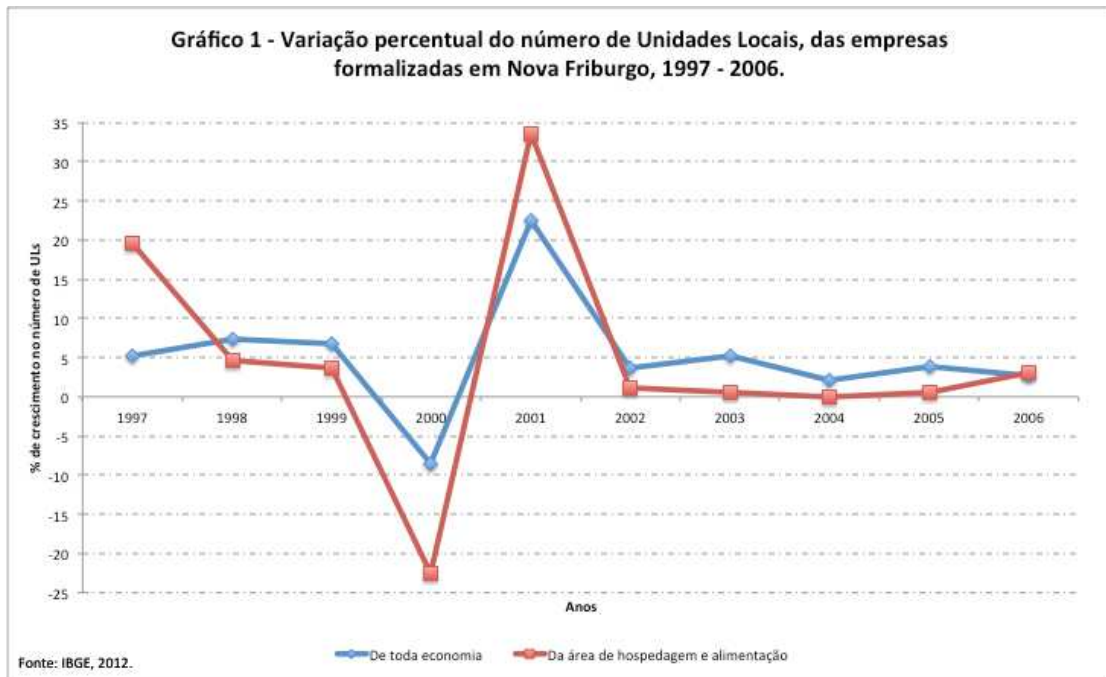
**Tabela 5 - Números absolutos sobre o total de Unidades Locais de empresas, sobre o total de pessoal ocupado, e a representação percentual da área de alojamento e alimentação, comparado ao total da economia de Nova Friburgo, 1996 - 2006.**

Tipo de dado	Por área econômica	Ano		
		1996	2001	2006
Total de Unidades Locais	Em toda economia	5.392	7.280	8.626
	Na área de hospedagem e alimentação	478	642	676
	% que a área de alojamento e alimentação representa no total da economia	8,86	8,82	7,84
Total de Pessoal Ocupado	Em toda economia	29.866	42.066	53.375
	Na área de hospedagem e alimentação	1.729	2.129	2.448
	% que a área de alojamento e alimentação representa no total da economia	5,79	5,06	4,59

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

Complementando o direcionamento das análises realizadas até aqui, vejamos qual a proporção da área de alojamento e alimentação dentro do economia friburguense de um modo geral. Conforme a tabela 5, no que diz respeito ao número de unidades locais, vemos que as UL's da alojamento e alimentação representam cerca de 8% a 7% do total de UL's da economia friburguense. Fazendo este mesmo tipo de análise para o total de trabalhadores ocupados, vemos que os empregados do campo de alojamento e alimentação representam cerca de 5% do total de trabalhadores formais daquela cidade. De modo a tecer um posicionamento sobre estes percentuais observados para o campo de alojamento e alimentação, podemos dizer que a proporção deste segmento na economia friburguense é uma fração interessante de ser observada, uma vez que não mostra a cidade como dependente do setor de turismo, atividade conhecida por sua instabilidade e sazonalidade.

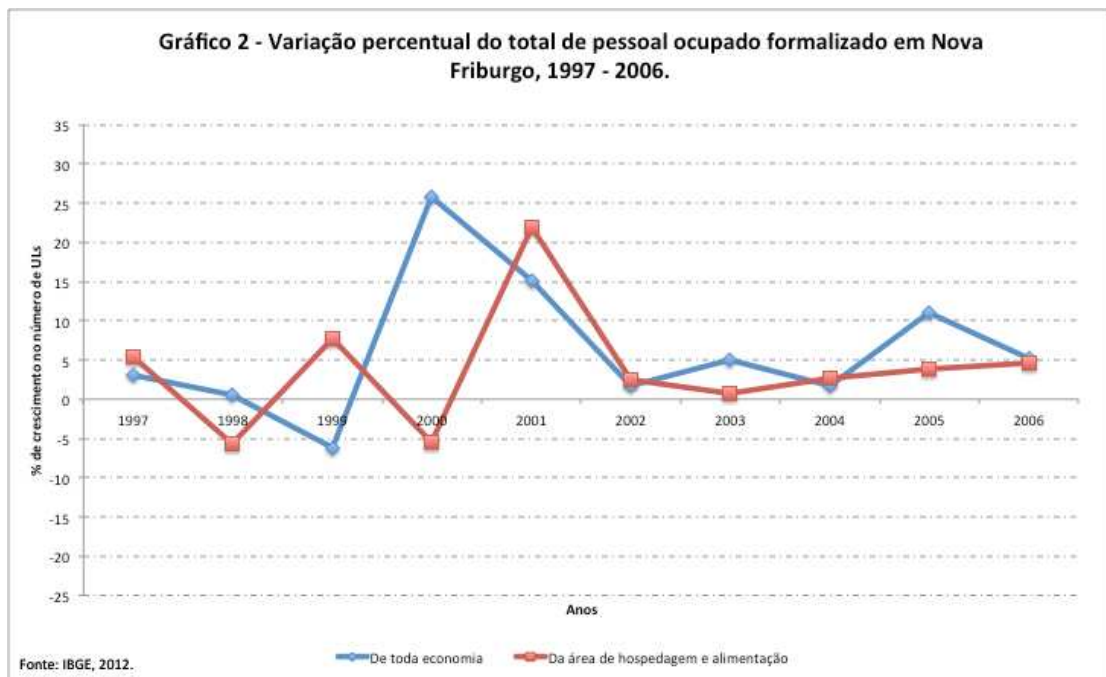
Continuando a falar sobre a economia de Nova Friburgo e mais especificamente do setor de alojamento e alimentação, vejamos no gráfico 1 como se comportou o crescimento do número de UL's desta cidade, para a economia de um modo geral e para o segmento específico abordado acima.



Com exceção dos anos 2000 e 2001 (sem uma explicação clara para ser exposta aqui), vemos que a variação no crescimento de UL's foi razoavelmente constante ao longo de 7 dos 10 anos analisados. Para os últimos 5 anos desta análise, nota-se que o crescimento no número de UL's variou entre 0% e 3% para o setor de alojamento e alimentação, e entre 2% e 5% para o total da economia friburguense. É interessante notar que, especialmente no segmento abordado aqui, não foram encontrados os grandes números de crescimento que normalmente são vistos em cidades com grande expansão do setor de turismo.

A propósito do crescimento da economia friburguense, mas agora no que diz respeito à variação do número de empregos, vejamos o gráfico 2.

Apesar da lógica de análise ser a mesma observada para o gráfico 1, nota-se que para esta perspectiva pôde ser observada uma variação bem diferente da notada para o número de UL's. Se no gráfico anterior a variação não foi tão abrupta (exceto no período de 2000 e 2001), aqui observa-se um variabilidade razoavelmente grande ao longo dos 10 anos de estudo.



Com exceção do mesmo período de variação atípica (2000 e 2001), nota-se que a mudança nos anos antes e após esta época foi bastante diferente. Se o crescimento para o total da economia declinou de 3% em 1997 para -5% em 1999, de 2002 para 2006 esta variação saiu de 2% para 5%, tendo atingido um pico de 10% em 2005. Para os caso dos empregos na área de alojamento e alimentação, observamos uma variabilidade maior para 1997, 1998 e 1999 que a observada no total da economia (5%, -6% e 8%, respectivamente). Isto pode ser justificado pela instabilidade do mercado turístico se comparado a outros setores econômicos. E comparando esta variação mais acentuada no número de empregos do que no número de UL's , podemos justificá-la da seguinte forma; é mais fácil demitir e contratar empregados do que abrir e fechar empresas. Isto quer dizer que, uma única empresa pode, em um ano x, contratar 10 funcionários e no ano seguinte demitir os mesmos 10, mas de um ano para outro, ela continuará sendo contabilizada apenas como uma UL.

Detendo-nos mais um pouco no gráfico 5, é interessante observar os anos de 2003 a 2006 para os empregos na área de alojamento e alimentação. Neste período, nota-se que a cidade de Nova Friburgo passou a vivenciar um crescimento contínuo no número de empregos para este segmento da economia. Certamente este tipo de informação nos mostra o vigor que muito provavelmente tem assolado o mercado

turístico desta cidade ao longo dos últimos anos. O valor deste tipo de informação ratifica a importância de formar de mão de obra qualificada para esta área de atuação, como tem sido trabalhado pelo Câmpus Nova Friburgo do CEFET/RJ, desde agosto de 2008.

### **2.3 O Turismo na Região Serrana - Nova Friburgo**

Em todo o mundo, o setor de serviços tem importante papel na dinâmica econômica, seja pela participação no produto da economia (PIB) ou pela preponderância na geração de empregos. As atividades ligadas ao turismo se encontram no âmbito do setor de serviços.

O turismo é uma atividade diretamente interligada a outros setores da economia e sua organização, relacionada aos campos da segurança, dos transportes e da infraestrutura, deve estar em pleno funcionamento e alinhada com as políticas públicas de turismo estabelecidas pelo estado, para que possam ser efetivamente implementadas.

O Estado do Rio de Janeiro, neste contexto, se destaca como um exemplo positivo. Estima-se a criação de aproximadamente 480 mil postos de trabalho no estado por conta da realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. A sequência inclui ainda Rock In Rio, Copa das Confederações, entre outros eventos com ampla visibilidade, que atrairão investimentos, empregos e turistas, contribuindo para um ciclo virtuoso da atividade turística fluminense. Tal desenvolvimento da atividade turística não se limitará ao litoral do Estado, mas abrangerá igualmente à Região Serrana.

No Estado do Rio de Janeiro, foram destacadas seis regiões consideradas estratégicas para o desenvolvimento do turismo no estado, sob a perspectiva do curto prazo, por apresentarem produtos e roteiros já consolidados ou por conta de eminente potencial de consolidação. Entre as seis regiões estratégicas, encontra-se a região Serra Verde Imperial, constituída por Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Guapimirim e Cachoeiras de Macacu. As belezas da Região Serrana, que se encontra em meio a uma das mais vastas áreas de Mata Atlântica do Brasil, atraem turistas de diversas localidades, com festividades, seus atrativos naturais, seu patrimônio histórico e seus equipamentos turísticos. Assim, o setor do turismo,

movimenta a economia local.

Nesse sentido, o Comércio de Bens, Serviços e Turismo é o setor mais forte da região, responsável por 72% do Produto Interno Bruto. A participação do setor de serviços é maior que 50% do PIB em todos os municípios. Petrópolis tem o maior PIB de Serviços da região, R\$ 3,4 bilhões, representando 44% do total, seguido por Nova Friburgo, com mais de R\$ 1,7 bilhão e Teresópolis, com produto de serviços de mais de R\$ 1,5 bilhão. Com a crescente visibilidade alcançada pelo Brasil, e, conseqüentemente, pelo aumento do número de turistas a visitarem nosso país, temos certamente muito trabalho pela frente, mas também uma oportunidade única, seja no que se refere ao turismo interno, como também ao internacional de fomentar a atividade e propiciar uma gestão pública efetivamente competitiva, profissional e que fortaleça as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento e consolidação da atividade do turismo.

O turismo em Nova Friburgo está dividido em diferentes áreas de interesse voltadas para públicos diversos, de modo a ampliar o quantitativo de turistas que visitam a cidade. Dentre essas áreas destacam-se:

- Ecoturismo: Nova Friburgo está localizada em uma das maiores reservas da fauna e da flora do país. Os turistas são atraídos pelo patrimônio natural e pela possibilidade de interpretação do ambiente.
- Turismo Cultural: Nova Friburgo possui exemplos significativos de arquitetura eclética e moderna, contando com obras de arquitetos como o renomado Lúcio Costa. O município possui museus, centros de documentação, feiras de artesanato, festivais de poesia, encontros de folias de reis.
- Turismo de Compras: Nova Friburgo destaca-se nacionalmente como pólo de moda íntima, com centenas de lojas de lingerie, oferecendo qualidade e preços acessíveis.
- Turismo de Aventura: Nova Friburgo possui diferentes circuitos rurais onde são desenvolvidas caminhadas, prática de esportes radicais, trilhas, trekking, rapel, mountain bike, cavalgadas, enduros, passeios de jeep, escaladas e canoagem, rafting e bóia cross.

Nova Friburgo conta ainda com circuitos turísticos já conceituados, como o Circuito da Ponte Branca, Circuito Tere-Fri, Circuito Lumiar e São Pedro da Serra, Circuito Sabor Mury, Circuito Cão Sentado, Circuito Caledônia, Circuito Moda Íntima

de Olaria e Circuito Caminhadas do Centro.

O Calendário de Eventos do município também merece destaque. Nele se destacam, dentre outros eventos: a Festa das Colônias, o Friburgo Festival, o Fevest, o Fri-Flor, o Fest-Truta, os Jogos Florais, o Encontro de Dança, o Encontro Nacional de Motociclistas e o Festival de Inverno.

### **3 O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO**

#### **3.1 Breve Histórico**

Em Audiência Pública, realizada na cidade de Friburgo, no dia 11 de outubro de 2007, a partir de Convocação publicada no Diário Oficial daquele município em atendimento à Chamada Pública nº 001/2007 do MEC (Plano de expansão da Rede Federal de Ensino Tecnológico), que reuniu representantes dos mais diversos segmentos da sociedade de Nova Friburgo, principalmente do setor da educação e do empresariado, a sociedade civil manifestou o desejo de que o município pudesse ser contemplado com um Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo. Concluiu-se, então, que a instalação de um Tecnólogo em Turismo em Nova Friburgo teria um impacto significativo no desenvolvimento de toda a região, pois possibilitaria a formação de gestores qualificados para atuação nos setor turístico. A instalação de um centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico permitiria a formação de mão-de-obra qualificada, requisito essencial para a atração de novas empresas .

A implementação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo em Nova Friburgo se apresentou, portanto, como um meio de potencializar as vocações econômicas e criar um ambiente favorável a novos investimentos e expansão dos já existentes no município e região.

Ainda no ano de 2008, a Diretoria de Ensino do CEFET/RJ, formalizou um grupo de trabalho composto por docentes da Coordenação de Turismo da Unidade Maracanã, a fim de elaborar o “Plano de Estruturação e Implantação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo”, das Unidades Nova Friburgo e Petrópolis (Ato nº 01/08-DIREN de 09 de junho de 2008). Este Plano Inicial foi implementado a partir de agosto de 2008, visando a abertura dos cursos nas referidos unidades.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo iniciou as suas atividades em agosto de 2008, como um curso orientado pelo conceito de cidade-pólo, que, tendo como referência o conjunto de municípios de mesorregiões, visa aproveitar o potencial de desenvolvimento, a proximidade com Arranjos Produtivos Locais (APL), a possibilidade de parcerias e infra-estrutura existentes.



A partir da implantação do Câmpus Nova Friburgo em 2008 e a consecutiva contratação do corpo docente e técnico-administrativo próprios, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o colegiado do curso, com apoio da equipe técnico-administrativa da área de educação do mesmo câmpus, vem trabalhando até a presente data, buscando a revisão, complementação, atualização e adequação regional do plano implementado, dando origem ao presente documento. Resultado de um trabalho de construção coletiva, este projeto pedagógico de curso pretende orientar a formação de profissionais de turismo tanto em Nova Friburgo quanto aos demais municípios pertencentes a essa mesorregião.

No que diz respeito ao quantitativo de vagas ofertadas, o curso, desde o primeiro semestre de 2009, possui duas entradas anuais noturnas, uma em cada semestre.

O ingresso para o curso, no 1º semestre de 2008 e 2009/1, ocorreu por meio de vestibular isolado. Em 2009, o CEFET/RJ aprovou a adesão integral ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), utilizando o novo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) como fase única de seleção para o ingresso nos cursos de graduação de suas diferentes Unidades de Ensino. Desde então o curso vem utilizando o ENEM como forma de ingresso.

Também são ofertadas vagas de Transferência Interna, Externa e Reingresso no 1º e 2º semestre de cada ano letivo.

Os gráficos abaixo mostram o percentual de vagas ofertadas nos anos de 2010 e 2011.

Gráfico 3: Vagas ofertadas em 2011

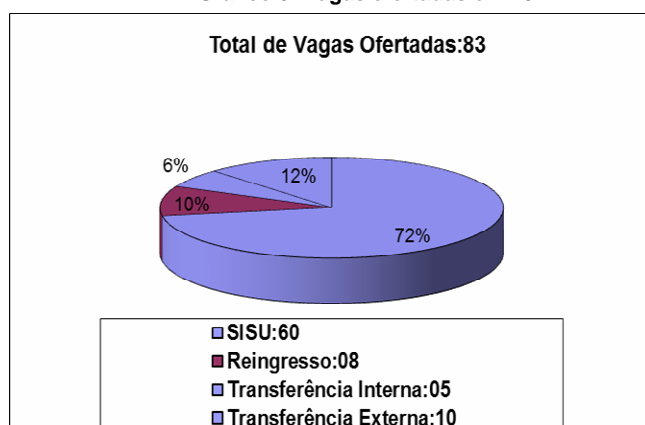
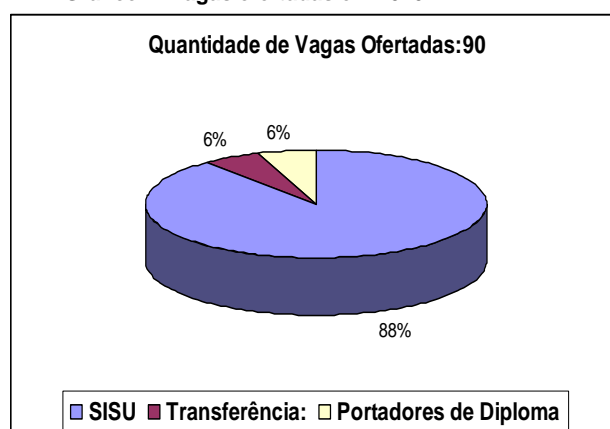


Gráfico 4: Vagas ofertadas em 2010



Na tabela abaixo apresentamos o número de vagas ofertadas entre o ano de 2008 e o ano de 2012.

**Tabela 6 - Números de vagas ofertadas pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do CEFET/RJ – Câmpus Nova Friburgo entre 2008/2 e 2012/1.**

ANO/SEMESTRE	VAGAS	ANO/SEMESTRE	VAGAS	TOTAL
-----	----	2008/2	40	40
2009/1	40	2009/2	40	80
2010/1	40	2010/2	50	90
2011/1	50	2011/2	33	83
2012/1	53	-----	---	53

### 3.2 Bases legais

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo proposto pelo Câmpus Nova Friburgo encontra-se alicerçado nas seguintes bases legais:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN).
- Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.
- Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006 que aprova o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, e suas respectivas atualizações.
- Parecer CNE/CES nº 277, de 07 de dezembro de 2006 que estabelece nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de Graduação.
- Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.
- Portaria nº 1, de 05 de janeiro de 2009, que aprova o instrumento de avaliação para reconhecimento de cursos superiores de Tecnologia do Sistema Nacional de Avaliação Superior – SINAES.
- Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico.
- Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei no 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo,

define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências.

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- PARECER : CNE/CES 436/2001, que aborda os Cursos Superiores de Tecnologia e a formação de Tecnólogos.
- PARECER CNE/CP Nº 29/2002, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo.
- PARECER CNE/CES Nº 239/2008, dispõe sobre a carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.
- PARECER CONAES nº 04, de 17 de junho de 2010. Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante - NDE.
- RESOLUÇÃO CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

### **3.3 Concepção filosófica e pedagógica**

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo (CEFET/RJ Câmpus Nova Friburgo) devido à sua concepção pedagógica e orientação filosófica voltada para a uma abordagem sócio-histórica dos conteúdos e práticas, promove a formação de profissionais capazes de atender às demandas da sociedade civil com ética, respeito ao outro e às diversidades culturais. Tal estruturação tem como objetivo principal a formação de profissionais com capacidade de refletir criticamente e de maneira integrada com as realidades sociais, considerando-se o espaço em que se encontram inseridos.

O projeto aqui apresentado parte do pressuposto de que a educação tem um papel central no desenvolvimento das pessoas e das sociedades, devendo ser entendida como um processo de aperfeiçoamento que se estende por toda a vida e

para além dos espaços escolares<sup>6</sup>. Essa visão de educação está relacionada ao exercício de uma cidadania ativa, tendo, portanto, como finalidade, o pleno desenvolvimento de sujeitos capazes de se posicionarem ética e responsabilmente diante da realidade.

Admitindo que todos os sujeitos encontram-se em constante transformação identitária, motivada, entre outras coisas, pelos discursos com os quais se engajam em suas trajetórias, entende-se que a educação pode colaborar para a formação de indivíduos críticos em suas práticas cotidianas<sup>7</sup>. Para tanto, é necessário focar na concepção de que o conhecimento é construído pelos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e não uma mera transmissão de informações.

Além disso, entende-se o aprendizado como movimento “de dentro para fora”, onde os indivíduos se apropriam das informações externas e as resignificam à luz de suas próprias experiências, crenças e valores pessoais, negando, desta forma, uma concepção instrucionista de educação.<sup>8</sup> Por isso, a formação do profissional não se restringe a um mero treinamento que permita o desenvolvimento de habilidades e competências. Ela deve pautar-se no desenvolvimento desse potencial inato para o aprendizado bem como, orientada por princípios éticos, estéticos e políticos, possibilitar o diálogo permanente com os outros e com a realidade.

Ancorado nessa perspectiva filosófica e pedagógica, bem como na filosofia institucional do CEFET/RJ, este Curso pretende colaborar no esforço de tornar o Câmpus Nova Friburgo mais um espaço de educação pública voltado para a formação humana, científica e tecnológica.

### **3.4 Objetivos do Curso**

Objetivo geral:

- oferecer condições para que os futuros profissionais desenvolvam sua capacidade crítica e reflexiva acerca do fenômeno turístico e seus desdobramentos na sociedade, de modo a serem capazes de contribuir para o desenvolvimento do turismo regional e nacional.

---

<sup>6</sup> DELORS, Jaques (org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília – DF/MEC/UNESCO, 2006.

<sup>7</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista à Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J.Zahar Editor, 2005.

Objetivos específicos:

- formar profissionais que atuem como gestores em órgãos públicos (municipais, estaduais e federais), na iniciativa privada, nas organizações do terceiro setor ou como empreendedores;
- possibilitar o conhecimento de técnicas de gestão que promovam a integração de elementos componentes das diversas empresas ligadas ao setor turístico;
- possibilitar a total compreensão de elementos componentes do planejamento sustentável de localidades;
- fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- sensibilizar para a pesquisa na área do turismo como elemento importante na promoção do desenvolvimento local, regional e nacional de forma responsável e sustentável;
- incentivar a implementação de modelos de gestão inovadores voltados para inclusão social, geração de emprego e renda;
- estimular processos de sensibilização coletiva, relacionados à preservação patrimonial de recursos naturais e culturais nos destinos turísticos.

### **3.5 Perfil Profissional do Egresso**

O tecnólogo em Gestão de Turismo é formado para atuar em organizações de variados tipos e portes, podendo as mesmas estarem inseridas tanto na área pública, privada ou mesmo no terceiro setor. Mais do que ser mão de obra para o setor de turismo, o profissional egresso deste curso é instruído para ser um agente promotor de desenvolvimento socioeconômico local, apto a replicar a orientação empreendedora que faz parte de sua formação.

Dentro das especificações que sugere o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, podemos dizer que o nosso egresso está apto a desenvolver ações no âmbito do planejamento turístico (seja vinculado à destinações ou mesmo à organizações), agenciamento de viagens e turismo (isto para viagens emissivas e receptivas, além de serviços para operadoras de turismo), transportadoras turísticas e consultorias voltadas para o planejamento e gestão de

---

<sup>8</sup> DEMO, Pedro. *Educação: gestão do conhecimento e da aprendizagem*. Belo Horizonte: UNA Editoria, 2001.

políticas públicas, para a comercialização e promoção dos serviços relativos à atividade turística.

O tecnólogo em Gestão de Turismo também poderá atuar junto à identificação dos potenciais turísticos da localidade receptora, considerando a diversidade cultural e os aspectos socioambientais para o desenvolvimento local e regional.

### **3.6 Organização Curricular**

Segundo Sacristán, “a escolaridade é um percurso para os alunos/as e o currículo é o seu recheio, seu conteúdo, o guia de seu progresso pela escolaridade”<sup>9</sup>. Neste sentido, na construção de um Projeto Pedagógico, o currículo configura todo um percurso a ser seguido pelos docentes e pelos discentes no processo de ensino-aprendizagem.

Desta forma, o currículo do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Câmpus Nova Friburgo tem por objetivo assegurar um perfil de egresso que atenda às diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do Ministério da Educação bem como às metas de qualificação profissional da região e do país.

Portanto, este Projeto pauta-se pela perspectiva interdisciplinar, tendo em vista que a formação do tecnólogo de Turismo demanda a mobilização de conhecimentos de diversas áreas. Sendo assim, levou-se em consideração para a formação discente a participação crítica e reflexiva, portanto ativa, tendo em vista as características do mercado de trabalho contemporâneo.

Para tanto, e analisando o desafio das transformações da sociedade e das exigências profissionais que se impõe a cada dia, o curso oferece conteúdos específicos da área de Gestão de Turismo, que garantem uma formação básica sólida. Oferece também a construção de habilidades para adaptação às transformações sociais provocadas pelo desenvolvimento do conhecimento, das ciências e da tecnologia.

A organização curricular deste projeto dedica, ainda, atenção especial à formação humana e ética, além da complementar, através da oferta de disciplinas

---

<sup>9</sup> SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ARTMED, 2000. (p.125)

optativas, da realização de visitas técnicas, de projetos de extensão e de pesquisa, da participação e organização de eventos e do estágio supervisionado.

### **3.6.1 Matriz Curricular**

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo do Câmpus Nova Friburgo encontra-se estruturado em três anos, o que corresponde a seis períodos letivos, em regime semestral de créditos, que integralizam um total de 2304 horas-aula, sendo cada hora-aula equivalente ao período de 45 minutos.

O curso também contempla 300 horas de estágio supervisionado e 36 horas de atividades complementares.

Sua matriz curricular está assim organizada:





### **3.6.2 Estágio Supervisionado**

Considerando a perspectiva crítica que fundamenta a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, espera-se que o Estágio Supervisionado do curso de Turismo proporcione ao corpo discente, condições de aperfeiçoamento acadêmica, pessoal, sócio-cultural e profissional, através da aplicabilidade de conhecimentos teóricos e humanos em atividades práticas do mercado turístico e na resolução de problemas decorrentes do mesmo.

Serão consideradas atividades de estágio todas aquelas que tenham como foco a atuação em organizações (órgãos públicos, da iniciativa privada ou mesmo entidades do terceiro setor) de variados tipos e portes, voltadas ao planejamento turístico, agenciamento de viagens e turismo, transportadoras turísticas e consultorias voltadas para a gestão, comercialização e promoção de serviços relacionados à atividade turística, cujos objetivos gerais estejam pautados na promoção de desenvolvimento socioeconômico local.

Os convênios e termos de compromisso a serem firmados serão norteados pela lei federal n. 11.788 de 25/09/2008.

As atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão promovidas dentro das políticas institucionais do curso não serão consideradas como estágio. Serão consideradas atividades de estágio pela Coordenação de Curso aquelas cujos objetivos gerais estejam pautados em planejamento e/ou operacionalização: de eventos, que acionem equipamentos turísticos locais; de viagens; de serviços em meios de hospedagem; de serviços em estabelecimentos de alimentação com forte direcionamento para os negócios e consumidores gerados pelo mercado turístico; de áreas (ou roteiros) para visitação turística; planejamento e/ou gestão de organizações que tenham forte orientação para o campo do turismo, sendo o suporte operacional em atividades essencialmente turísticas neste tipo de organização também levado em consideração; desenvolvimento de práticas profissionais de planejamento e operacionalização cujo foco sejam atividades relacionadas ao ensino e ao desenvolvimento do saber turístico; planejamento e/ou operacionalização de serviços/atividades para estabelecimentos que não estejam ligados diretamente ao setor de turismo mas que tenham o interesse de se

aproximar deste mercado; e planejamento e/ou operacionalização de atividades de recreação e lazer com direcionamento para o mercado turístico.

A carga horária mínima exigida é de trezentas horas de estágio supervisionado, a serem realizadas em ambientes profissionais nos quais os discentes possam desenvolver atividades descritas anteriormente, relacionadas à matriz curricular do curso. Os discentes que já atuam profissionalmente na área do turismo podem solicitar a validação de seu tempo de trabalho no setor desde que comprovem o mínimo de seis meses de trabalho trezentas horas trabalhadas em atividades afins à matriz curricular do curso.

O estudante estará habilitado a realizar estágio após ter cumprido, com aprovação, o mínimo de cinquenta por cento dos créditos da matriz curricular do curso, a partir do quarto período. A carga horária permitida é de até trinta horas semanais de estágio, sendo no mínimo quatro horas diárias e, no máximo, seis horas diárias de atividades de estágio.

Os convênios de estágio entre o CEFET/RJ e as organizações interessadas são firmados com organizações mediante cumprimento de pagamento obrigatório de seguro de vida para o discente, da indicação de funcionário de seu quadro pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário e cumprimento das demais normas descritas nos parágrafos anteriores. Cabe aos discentes, a matrícula na disciplina de Estágio Supervisionado, e a procura de oportunidade existente em alguma organização.

Os docentes têm como parte de suas atividades a supervisão e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos discentes e das instalações nas quais realiza as atividades de estágio.

### **3.6.2.1 Legislação, conceitos e objetivos**

- O Estágio Supervisionado é uma disciplina obrigatória do currículo pleno dos cursos de graduação do CEFET-RJ.
- As atividades do Estágio Supervisionado estão fundamentadas na Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008.
- A realização do estágio curricular, por parte do estudante, não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza. Entretanto, poderá o estagiário

receber uma bolsa-auxílio para ajudar na sua locomoção e outras despesas, devendo o estudante estar segurado contra acidentes pessoais.

- A jornada de atividades terá que compatibilizar-se com o horário escolar, evitando-se prejuízos à formação acadêmica do aluno.
- Obrigatoriamente, o Termo de Compromisso será celebrado entre o estudante e a empresa concedente do estágio, com interveniência da Instituição Federal de Ensino – IFE –, atentando para que as atividades oferecidas sejam compatíveis com a formação profissional do estudante e contribuam para seu processo educativo.
- O principal objetivo do Estágio Supervisionado é a complementação do ensino teórico, tornando-se instrumento de aperfeiçoamento técnico científico, de treinamento prático e de integração entre a Instituição de Ensino e o mercado de trabalho, possibilitando uma atualização contínua do conteúdo curricular, atendendo às necessidades crescentes das empresas.
- O Estágio Supervisionado deve proporcionar ao aluno oportunidade para aplicar os conhecimentos acadêmicos e, ao mesmo tempo, adquirir vivência profissional na respectiva área de atividade, além de aprimorar o relacionamento humano em oportunidade de avaliar suas próprias habilidades perante situações práticas da vida.
- Independente de estar o aluno apto para realizar o estágio curricular, poderá o mesmo fazer estágio em empresas em qualquer semestre letivo, sem, no entanto obter créditos na disciplina. Esse tipo de estágio, não curricular, poderá ser obtido por conta própria ou através de contato com a Coordenadoria de Estágio e Emprego (COEMP), que providenciará a documentação necessária de acordo com a Lei nº 6.494.

### **3.6.3 Trabalho de Conclusão de Curso**

Com base no documento intitulado “NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO FINAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO” do CEFET/RJ, que especifica normas e modelos para a apresentação escrita dos trabalhos de final de curso, a DIAPE – Divisão de Apoio Pedagógico do Câmpus Nova Friburgo – elaborou o documento interno intitulado “ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO

FINAL/TCC DOS CURSOS SUPERIORES DA UNED NOVA FRIBURGO”, a partir de ampla discussão com os coordenadores do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo e do Curso de Licenciatura em Física.

De acordo com os documentos supracitados, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma exigência curricular na formação acadêmica e profissional dos alunos e consiste no desenvolvimento de trabalho escrito, abrangente, individual, de pesquisa sobre tema de livre escolha do aluno. Os conhecimentos adquiridos ao longo de todo o curso são utilizados para a elaboração de trabalhos orientados para temas de relevância técnica, social e econômica. Cabe destacar, que o Projeto Final representa também, uma oportunidade de se exercitar questões relacionadas a trabalho em equipe, a pesquisa, a cumprimento de prazos, ética e responsabilidade profissional. A realização do Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatória para todos os alunos.

O TCC tem por objetivo habilitar o aluno a utilizar a metodologia de pesquisa adequada na elaboração de trabalho monográfico, avaliando o conjunto de conhecimentos adquiridos durante o curso, necessários à boa orientação da pesquisa, sistematização das informações coletadas e eficácia de sua apresentação. O TCC constitui-se numa atividade de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo ou problema relacionado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo. O TCC é realizado pelos alunos, sob supervisão de professor orientador, compreendendo diversos tipos de atividades, em conformidade com os tipos de abordagens previstas nas normas de TCC.

O TCC deste curso de graduação do CEFET/RJ está estruturado em duas disciplinas: Projeto TCC e TCC. Cada disciplina será ministrada em um período de forma que o projeto completo deverá ser concluído no prazo de um ano. Cabe ressaltar, que a disciplina Projeto TCC é pré-requisito da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso. Os estudos preliminares para o desenvolvimento do trabalho devem ser realizados na disciplina Projeto TCC. Esta primeira etapa contempla a análise de viabilidade, a pesquisa bibliográfica, a compreensão dos fundamentos teóricos que regem o tema, a aquisição de material, quando necessária, esboço do projeto, adequação laboratorial para montagem de protótipos (quando for o caso), definição dos capítulos da monografia e escrita de sua parte inicial. Na etapa

seguinte, que corresponde à realização da disciplina TCC, o trabalho proposto será executado.

O TCC deverá ser apresentado sob a forma de um documento que reflita as atividades realizadas, demonstrando o conhecimento desenvolvido a respeito do objeto de estudo. Este documento final deve apresentar redação científica individual com base nas regras ABNT e pode ter dois tipos de estrutura de apresentação escrita: monografia ou projeto final. Ambas estruturas escritas devem ser confeccionadas pelo discente a partir da orientação por um professor do curso durante as duas disciplinas Projeto TCC e TCC. A monografia deve apresentar uma redação científica estruturada em, no mínimo três capítulos, nos quais um objeto de pesquisa deve ser trabalhado numa redação dissertativa a partir de uma introdução, desenvolvimento e conclusão de modo coerente com a produção científica na área relativa ao objeto de pesquisa escolhido, tomando como ponto de partida referências bibliográficas e uma fundamentação teórica sobre o tema. O projeto final deve apresentar uma redação científica que delimite a temática escolhida, referências bibliográficas e fundamentação teórica, delimitação do foco do projeto (segmento turístico, nicho de mercado, localização, plano orçamentário e cronograma físico-financeiro), desenvolvimento e conclusões. O projeto final deve conciliar bases teóricas e práticas vivenciadas pelo discente ao longo da graduação com proposições relacionadas à gestão do turismo com viabilidade econômica, social e mercadológica.

É considerado apto à realização do TCC, o aluno que cumpriu os pré-requisitos necessários e estiver regularmente matriculado e frequentando a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo.

#### **3.6.4 Metodologia e Avaliação<sup>10</sup>**

Os alunos que ingressam no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo ficam sujeitos ao mesmo sistema de avaliação dos demais Graduações do CEFET-RJ:

---

<sup>10</sup> Texto extraído e adaptado do Manual do Aluno. Departamento de Educação Superior – Depes/CEFET/RJ. Cursos De Engenharia, Administração Industrial, Licenciatura Em Física e Cursos Superiores de Tecnologia 2010, do CEFET/RJ. Disponível em: < [http://portal.cefet-rj.br/files/alunos/manual/graduacao\\_2010.pdf](http://portal.cefet-rj.br/files/alunos/manual/graduacao_2010.pdf)>.

Para disciplina de caráter teórico, a nota semestral (NS) será a média aritmética entre as duas notas obtidas nos trabalhos escolares.

- P1 - 1º trabalho/prova - realizado até a 7ª semana do semestre letivo;
- P2 - 2º trabalho/prova - realizado entre a 12ª e a penúltima semana do semestre letivo.

Para disciplinas de caráter teórico-prático, a nota semestral (NS) será a média aritmética (MA) obtida com as nota da P1, P2 e a dos trabalhos práticos de laboratório.

Será concedida uma única prova substitutiva (P3) ao aluno que faltar à P1 ou à P2, desde que devidamente justificada. O aluno que faltar a ambas (P1 e P2) terá como nota semestral (NS) a nota da P3 dividida por 2 (dois), no caso de disciplinas teóricas. Nas disciplinas de caráter teórico-prático, a nota da P3 será somada à obtida nos trabalhos práticos de laboratório, e o resultado dessa soma, dividido por 3 (três), será a nota semestral (NS).

O aluno que obtiver nota semestral (NS) inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 3,0 (três) deverá submeter-se a um exame final (EF) e, nesse caso, a média final (MF) será a média aritmética entre a nota semestral e a nota do exame final (EF).

Será considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco).

Será considerado reprovado na disciplina o aluno que obtiver nota semestral (NS) inferior a 3,0 (três) ou média final (MF) inferior a 5,0 (cinco).

O exame final (EF) constará de uma única prova, realizada no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico, podendo ser escrita, oral, gráfica ou de caráter prático, devendo abranger, tanto quanto possível, toda a matéria ministrada no semestre letivo.

O aluno reprovado por faltas (RF), pode realizar as provas P1, P2 ou P3, mas não tem direito a exame final (vide item 3.6) e terá como média final (MF) a nota semestral (NS). Coeficiente de Rendimento

O rendimento do aluno no CEFET-RJ é avaliado através do coeficiente de rendimento (CR), que é calculado pela média ponderada das médias finais (MF), tendo como pesos o número de créditos (C) das disciplinas cursadas. A seguir é apresentada a fórmula para o respectivo cálculo:

$$CR = \frac{\sum_{i=1}^n (MF_i \times C_i)}{\sum_{i=1}^n (C_i)}$$

onde:

CR - coeficiente de rendimento;

MF<sub>i</sub> - média final da disciplina i;

C<sub>i</sub> - número de créditos da disciplina i.

O CR é calculado ao fim de cada período letivo e cumulativamente em relação aos períodos anteriores.

O CR é levado em consideração, para efeito de preenchimento das vagas oferecidas à matrícula, para classificação do aluno em sua turma e como avaliação de seu rendimento geral, sempre para uso interno e exclusivo do CEFET/RJ.

No caso de aluno reingressante, o CR é calculado a partir das ocorrências de seu novo ingresso.

### 3.7 Articulação entre Prática e Teoria

A articulação teoria e prática está organicamente inserida no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo. A formação profissional dos discentes inclui experiências e vivências nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando a articulação teoria e prática.

- **Extensão:** O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo conta com diferentes projetos de extensão, que mesclam estudo, pesquisa e prática. Os diferentes projetos de extensão mobilizam o conhecimento de docentes e discentes em busca de soluções para os problemas sociais, de modo a “extender” o CEFET/RJ - Câmpus Nova Friburgo, através de um processo educativo que viabiliza a relação transformadora entre IES e Sociedade; reafirmando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- **Estágio:** No curso Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo o aluno vivencia a realidade profissional em diferentes ambientes que relacionam a teoria à prática. O CEFET/RJ - Câmpus Nova Friburgo mantém convênios com diversas empresas do mercado turístico, o que possibilita aos alunos, dentre outras atribuições, participarem do dia-a-dia de uma agência de viagens e turismo, da vivência para a organização de roteiros turísticos, reservas de hotéis, atendimento

a clientes de eventos, emissão de passagens nacionais e internacionais. O estágio supervisionado tem por objetivo refletir, sistematizar e testar conhecimentos teóricos e instrumentos discutidos em sala de aula por meio de experiência concreta, da observação e reflexão. Para melhor acompanhamento, o aluno deverá apresentar relatórios periódicos relacionando a Teoria à vivência prática para a coordenação de estágio de curso.

- Laboratórios: Nos Laboratórios de Informática e Turismo há o desenvolvimento de aulas práticas que possibilitam aos alunos a simulação na organização de roteiros turísticos, planejamento, reservas de hotéis, emissão de passagens nacionais e internacionais, entre outras atribuições. Por meio de simulações, os alunos adquirem conhecimento de técnicas e procedimentos de gestão em organizações turísticas.

- Disciplinas práticas: No curso, estão previstas atividades práticas relativas às disciplinas, conforme perfil de cada uma delas e de acordo com as demandas identificadas pelos docentes. Nas disciplinas Eventos I e II, os alunos fazem o planejamento e a organização de eventos. Nas disciplinas de Trabalho de Análise Interdisciplinar (TAI), são realizadas diferentes atividades práticas como, por exemplo, organização de uma viagem técnica (TAI IV) e realização de inventário turístico (em TAI V).

- Viagens técnicas: As Viagens Técnicas capacitam os discentes ao longo de todo o curso. As viagens estão vinculadas ao programa de diferentes disciplinas, e os estudantes são responsáveis pela organização de todas as etapas das atividades. As viagens são regionais e nacionais, muitas das quais incluem atividade prática em hotel e situações cotidianas do profissional de Turismo.

### **3.8 Atividades Complementares**

As Atividades Complementares possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com as peculiaridades das diversas áreas



ocupacionais que integram os segmentos do mercado do turismo, bem assim com as ações culturais de extensão junto à comunidade.

Consideram-se como Atividades Complementares as atividades relacionadas aos grupos:

GRUPO 1 – Atividades vinculadas ao ENSINO

GRUPO 2 – Atividades vinculadas à PESQUISA

GRUPO 3 – Atividades vinculadas à EXTENSÃO

GRUPO 4 – Atividades vinculadas à REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

São consideradas atividades vinculadas ao ENSINO:

- o exercício efetivo de monitoria em qualquer disciplina do Curso, previamente aprovada conforme normas próprias do CEFET/RJ – Câmpus Nova Friburgo e a exigência de parecer final favorável do docente responsável pela disciplina.

São consideradas atividades vinculadas à PESQUISA:

- a participação em projetos de iniciação à pesquisa, orientados por docente-pesquisador do CEFET/RJ – Câmpus Nova Friburgo, com ou sem financiamento de instituições públicas ou privadas, com a divulgação obrigatória dos resultados;
- redação de artigo ou ensaio, publicado efetivamente em revista acadêmica, impressa ou electrónica;
- participação em grupos de estudo coordenados e/ou orientados por docentes do CEFET/RJ – Câmpus Nova Friburgo;
- apresentação comprovada de trabalhos ou comunicações em eventos culturais ou científicos, individual ou coletivamente.

Todas as atividades deste grupo deverão ser documentalmente comprovadas através da assinatura do professor, além, em todos os casos, da validação pelo Coordenador do curso.

São consideradas atividades vinculadas à EXTENSÃO:

- participação em atividades de extensão promovidas pela DIREX;
- comparecimento, comprovado, a eventos científico-culturais, cujo conhecimento teórico ou técnico seja conexo a uma ou mais disciplinas da grade curricular do Curso;
- participação em atividades extra-classe promovidas pelos câmpus do CEFET/RJ, por exemplo: Semanas, Palestras, Simpósios, Exposições, Feiras, Debates, exibição e discussão de filmes e vídeos, work-shops, cursos de curta

duração;

- participação na organização de eventos acadêmicos e eventos similares, desde que estes não constem do conteúdo de disciplinas específicas;
- participação em visitas técnicas, organizadas e orientadas por professores do Curso, com a apresentação de relatório/formulário próprio devidamente assinado pelo professor.

São consideradas atividades vinculadas à REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL:

- exercício de cargo de representação estudantil em entidade nacional ou regional, na Diretoria do Diretório Acadêmico, no Centro Acadêmico e ainda em outros órgãos do CEFET/RJ por período não inferior a seis meses.

Os casos omissos serão decididos pelo colegiado do Curso, sendo que a validação das Atividades Complementares deverá sempre ser fundamentada no objetivo de flexibilizar o currículo do curso e de propiciar ao aluno aprofundamento do saber interdisciplinar.

Os alunos do Curso deverão cumprir um número mínimo de 36 horas de Atividades Complementares. O tempo máximo que poderá ser integralizado no histórico acadêmico será de 36 horas.

O graduando é livre para escolher todos, alguns ou apenas um dos grupos de Atividades Complementares que deseja desenvolver, para complementar a totalidade das horas exigidas.

As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias escolares, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo das atividades de ensino regular ministrado nos cursos de graduação.

A validação e controle das Atividades Complementares é atribuição do Coordenador do Curso ou de um professor para tanto designado, sendo o Gerente Acadêmico o responsável por processar o registro dessas atividades depois de verificada a sua compatibilidade com as regras estabelecidas para as Atividades Complementares.

A validação das Atividades Complementares será requerida pelo aluno, em formulário próprio disponível na secretária do Câmpus, justificado, assinado e instruído com os comprovantes de frequência e com todas as demais provas inerentes às exigências formais e materiais de cada uma das temáticas dos grupos e

dos subgrupos, sem o que serão indeferidos.

Os requerimentos de validação e registro de Atividades Complementares deverão ser apresentados pelo aluno, a cada semestre, no período destinado às matrículas.

### **3.9 Ensino, Pesquisa e Extensão**

O desenvolvimento de Projetos de Pesquisa e Extensão, bem como a consolidação de grupos de pesquisa, é um dos principais compromissos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo. Acreditamos que tais iniciativas são responsáveis por aperfeiçoar a formação profissional, pois asseguram, por meio dos conhecimentos técnicos e científicos, a abordagem de temas relacionados à prática profissional cotidiana, inserida nas realidades local, regional e nacional.

Estamos conscientes de que a Iniciação Científica, bem como as Atividades de Extensão, constituem elementos acadêmicos que dão suporte à política de pesquisa institucional, sendo assim atreladas à excelência da produção científica na comunidade e à melhoria da qualidade da formação acadêmica dos egressos.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do CEFET/RJ-Câmpus Nova Friburgo, a Iniciação Científica é fomentada por meio do programa de incentivo à pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), através de bolsas PIBIC, além de recursos próprios da Instituição, através do programa PIBIC/CEFET/RJ. Os Projetos de Pesquisa e de Extensão desenvolvidos atualmente pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo estão descritos a seguir.

#### **3.9.1 Projetos de Pesquisa**

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Câmpus Nova Friburgo possui, atualmente quatro projetos de pesquisa cadastrados na COPET - Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos do CEFET/RJ. Todos os projetos, ao longo de seus desenvolvimentos, contam com a participação de alunos ligados ao programa PIBIC, bolsistas ou não. Os dados abaixo oferecem um panorama das pesquisas desenvolvidas por professores do Curso Superior de

Tecnologia em Gestão de Turismo entre os anos de 2010 e 2014.

I. Projeto de Pesquisa: *Identidade Cultural nas Áreas de Proteção Ambiental em Nova Friburgo*

Início: 2012 - Término: 2014

Coordenador(a): Camila Cerneiro Dazzi

Coordenador(a): Cristiane Passos de Mattos

Alunos de graduação ligados ao projeto: 04

II. Projeto de Pesquisa: *Arte e Arquitetura no Brasil do Século XIX e XX*

Início: 2010 - Término: 2013

Coordenador(a): Camila Cerneiro Dazzi

Alunos do programa PIBIC/CNPq vinculados ao projeto: 02

Alunos do programa PIBIC/CEFET/RJ vinculados ao projeto: 03

III. Projeto de Pesquisa: *Relações Difusas entre Universidade, Empresa e Governo com Vistas as Estratégias de Políticas Públicas e Privadas de Ciência*

Início: 2010 - Término: 2013

Coordenador(a): Bianca de França Tempone Felga de Moraes

Alunos do programa PIBIC/CEFET/RJ vinculados ao projeto: 02

IV. Projeto de Pesquisa: *Desenvolvimento Regional e Turismo: um estudo sobre a Região Serrana*

Início: 2010 - Término: 2013

Coordenador(a): Marcelo Augusto Mascarenhas

Alunos do programa PIBIC/CEFET/RJ vinculados ao projeto: 03

### **3.9.2 Projetos de Extensão**

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Câmpus Nova Friburgo possui, atualmente, quatro projetos de extensão cadastrados na DIREX - Diretoria de Extensão do CEFET/RJ. Todos os projetos contam com alunos ligados ao programa de extensão, com bolsa ou não. Os dados abaixo oferecem um panorama dos projetos de extensão desenvolvidos por professores do Curso

Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo no ano de 2012.

I. Projeto de Extensão: *Identidade Cultural e Turismo: uma proposta para as Folias de Reis de Nova Friburgo*

Início: 2012

Coordenador(a) : Camila Cerneiro Dazzi

Alunos com bolsa ligados ao projeto: 02

Alunos sem bolsa ligados ao projeto: 01

II. Projeto de Extensão: *Identidade Cultural nas Áreas de Proteção Ambiental em Nova Friburgo*

Início: 2012

Coordenador(a) : Camila Cerneiro Dazzi

Coordenador(a) : Cristiane Passos de Mattos

Alunos com bolsa ligados ao projeto: 01

Alunos sem bolsa ligados ao projeto: 01

III. Projeto de Extensão: *FrlnTur: Língua Inglesa para profissionais do Turismo na cidade de Nova Friburgo*

Coordenador(a): Alessandra Mitie Spallanzani

Coordenador(a): Suzana de Carvalho Barroso Azevedo

Alunos com bolsa ligados ao projeto: 02

IV. Projeto de Extensão: *Criatividade Virtual: comunicação virtual para o turismo*

Coordenador(a): Marcelo A. Mascarenhas

Coordenador(a): Gustavo e Gustavo Paiva Guedes e Silva

Alunos com bolsa ligados ao projeto: 01

## 4 GESTÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA

A administração do CEFET/RJ encontra-se estruturada da seguinte forma, de acordo com o que prevê o artigo 6º do Estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 3.796, de 1º de novembro de 2005:

Art. 6º A estrutura do CEFET/RJ compreende:

I. órgão colegiado: Conselho Diretor

II. órgãos executivos:

1. Diretoria-Geral;

a) Vice-Diretoria-Geral;

b) Assessorias Especiais;

c) Gabinete.

2. Diretorias de Unidades de Ensino (câmpus):

3. Diretorias Sistêmicas:

a) Diretoria de Administração e Planejamento;

b) Diretoria de Ensino;

c) Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

d) Diretoria de Extensão;

e) Diretoria de Gestão Estratégica.

III. órgão de controle: Auditoria Interna

No âmbito dos câmpus, a gestão administrativa e acadêmica dos cursos de ensino superior obedecem a um organograma específico. Vinculadas à Direção dos Câmpus, existem as Gerências Administrativa e Acadêmica as quais têm, sob sua responsabilidade, respectivamente, a gestão dos aspectos administrativos e de infraestrutura e a gestão dos processos acadêmicos dos cursos, dos serviços de secretaria, de atendimento sócio-educacional e de biblioteca.

### 4.1 Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo

Em cada câmpus, compõem instâncias de decisão colegiada as Coordenações de Curso. O Colegiado é a instância *consultiva* de cada Coordenação de Curso para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as diretrizes da Instituição.

A esses Colegiados compete a coordenação didática de cada curso, cabendo-lhes, entre outras atribuições:

- elaborar as ementas, os programas e os planos de ensino das disciplinas sob a responsabilidade da coordenação e do NDE, ou propor modificações nestes;
- decidir questões relacionadas a matrícula, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras formas de ingresso;
- propor e avaliar o Projeto Pedagógico do curso quando for o caso, sugerindo modificações e submetendo-o à aprovação do NDE e Conselho do Câmpus;
- opinar sobre pedidos de licença e afastamento de professores para fins de aperfeiçoamento, prestação de consultoria ou mudança de regime de trabalho submetendo a decisão à homologação do Conselho do Câmpus;
- propor ao Conselho do Câmpus alterações nos currículos dos cursos, quando for o caso;

examinar e emitir parecer ao Conselho do Câmpus relativo às questões suscitadas pelos corpos docente e discente, ou encaminhar ao setor competente parecer detalhado dos assuntos cuja solução transcenda as suas atribuições;

- delegar competências no limite de suas atribuições;
- apreciar as propostas de contratação de professores;
- exercer outras atribuições que, por sua natureza, recaiam no domínio de sua competência;

coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso.

No âmbito de cada curso, entre os membros do corpo docente é escolhido um coordenador, por decisão do colegiado, a quem compete, entre outras, considerado o princípio da gestão democrática, atribuições relativas ao planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas.

O coordenador tem uma função de amplo aspecto e grau de complexidade. Cabe-lhe a atribuição de favorecer a construção de uma equipe coesa e, sobretudo, convicta da proposta de trabalho da Instituição. O coordenador irá exercer, no espaço da autonomia que lhe foi conferida, seu papel de elemento-chave no gerenciamento do curso, o que exige ações de articulação e mobilização da equipe, tendo sempre em vista o aperfeiçoamento do fazer pedagógico na Instituição.

Compreender que as atividades de gerenciamento do curso terão sempre como objetivo a constante melhoria do processo ensino-aprendizagem e tendo por referência a missão da Instituição, o perfil profissional do aluno a ser formado, os objetivos a serem atingidos pelo curso e o planejamento integrado do desenvolvimento das atividades curriculares do mesmo.

A coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do *Câmpus* Nova Friburgo compete à Professora Doutora Camila Carneiro Dazzi.

#### **4.2 Núcleo Docente Estruturante**

De acordo com o Parecer CONAES Nº. 4, de 17 de junho de 2010 o Núcleo Docente Estruturante - NDE foi um conceito criado pela Portaria Nº 147, de 2 de fevereiro de 2007, com o intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação. Assim, a CONAES entende que o NDE é um bom indicador da qualidade de um curso de graduação e um elemento de diferenciação quanto ao comprometimento da instituição com o bom padrão acadêmico.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE – integra a estrutura de gestão acadêmica, sendo co-responsável pela elaboração, implementação, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso tendo, de acordo com a Resolução CONAES nº01 de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências as seguintes atribuições:

- I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.



O NDE do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo é composto por 100% de docentes de DE (dedicação exclusiva) que possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

A indicação dos representantes docentes é feita pelo Colegiado do Curso para um mandato de 3 (três) anos, com possibilidade de recondução. Deve ser assegurada a estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a garantir a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

A Avaliação do Projeto do Curso é uma função primária do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Apresentando função consultiva, este órgão é responsável pela concepção, atualização e revitalização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O Núcleo Docente Estruturante reúne-se, ordinariamente 2(duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente. As decisões são tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

## 5 CORPO DOCENTE

### Coordenador

Professora Doutora Camila Carneiro Dazzi

### Docentes

Informamos abaixo o endereço dos currículos na Plataforma Lattes de todos os professores vinculados ao curso, onde pode ser verificada a experiência profissional corpo docente.

- Adriana M. R. Oliveira – MESTRE

Experiência profissional:

11 anos como professora de Espanhol

- Alessandra Mitiê Spallanzani – MESTRE.

Experiência profissional: Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e mestrado em Interdisciplinar Lingüística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008) . Atualmente é Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e Professora do Centro Universitário Geraldo di Biase. Tem experiência na área de Letras , com ênfase em Línguas Estrangeiras Modernas. Atuando principalmente nos seguintes temas: Surdez, Língua Inglesa.

Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/8915762003593062>

- Bianca França Tempone Felga de Moraes - MESTRE / DOUTORANDA

Experiência profissional: Doutoranda em Gestão, Produção e Meio Ambiente e Mestre em Sistemas de Gestão pela Faculdade de Engenharia da Universidade Federal Fluminense, especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e bacharel em turismo pela Universidade Estácio de Sá. Professora assistente de Turismo e Administração do Departamento de Turismo do Centro Federal Tecnológico Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ- Uned Nova Friburgo). Professora convidada por Instituições de ensino superior e pelo Latec/UFF. Tem vasta experiência nas áreas pública e privada e em docência superior nas áreas de Turismo, Hotelaria, Recursos Humanos e Sistemas de Gestão. Interesses de pesquisa contemplam especialmente os seguintes temas: sistemas de gestão, construção civil do setor hoteleiro, modelagem matemática, sustentabilidade e qualidade. Atualmente está como Secretária Municipal de Turismo do Município de Nova Friburgo

Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/6565572985211879>

- Camila Carneiro Dazzi - DOUTORA

Experiência profissional: Doutora em Teoria da Arte - História e Crítica pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Belas Artes da UFRJ (2011). Mestre em História da Arte pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (2006) e graduada em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). Atua como professora-pesquisadora, lecionando História da Arte nos Cursos de Graduação e Especialização do CEFET/RJ- Campus Nova Friburgo, com orientação de bolsistas PIBIC. Autora de artigos publicados em periódicos de conhecida importância no campo da Arte, além de ensaios e estudos em obras coletivas. Temas de Pesquisa principais: Arte Brasileira do século XIX e Início do XX, Ensino Artístico Oitocentista, Crítica e Teoria da Arte do século XIX, Relações entre Brasil e Itália na Arte Oitocentista, Educação Patrimonial.

Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/4381920068622016>

- Cristiane Passos de Mattos - MESTRE

Experiência profissional: Professora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET - UnED Nova Friburgo, RJ. Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2009) e licenciada em Geografia pela mesma universidade (2007). Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Gestão Patrimonial e Ambiental em Turismo (CEFET - RJ).

Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/3705886505174434>

- Edvar Fernandes Batista - GRADUADO

Experiência profissional: possui graduação em EXECUTIVOS PARA TURISMO E HOTELARIA pela Universidade Estácio de Sá (2003) . Tem experiência na área de Turismo , com ênfase em Hotelaria.

Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/7352793362569368>

- Fabiana Rodrigues Dias - MESTRE / DOUTORANDA

Experiência profissional: É Doutoranda e Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui graduação em História pela mesma Universidade. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Política, Teoria da História e História do Brasil.

Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/7349584258453061>

- Fabio Batalha Monteiro de Barros - DOUTOR

Experiência profissional: Doutor em Ciências (História das Ciências - FIOCRUZ/RJ) e Mestre em Saúde Coletiva (IMS/UERJ). Professor e pesquisador nas áreas de educação e saúde, com experiência em educação inclusiva, educação em ambientes virtuais, história das ciências, educação em saúde e saúde pública. Professor do CEFET-RJ Uned Nova Friburgo.

Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/7349584258453061>

- Fernanda Rosa dos Santos - GRADUADA

Experiência profissional: Três anos na iniciativa privada trabalhando na organização de eventos técnico-científicos. 09 anos de atuação como docente no CEFET/RJ, sendo de 2003 a 2008 professora e coordenadora do Curso Técnico em Turismo no CEFET/RJ Maracanã e a partir de 2008/2 exerce a função de Diretora do Câmpus Nova Friburgo do CEFET/RJ.

- Gisela Bochner - ESPECIALISTA

Experiência profissional:  
25 anos de magistério na Educação Básica

- Leandro da Silva Gomes Cristóvão - MESTRE / DOUTORANDO

Experiência profissional: Possui graduação em Letras (Português-Espanhol) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). É Especialista em Língua Espanhola pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Mestre em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, na área de estudos lingüísticos. Atualmente é professor do CEFET/RJ (Unidade Nova Friburgo) e doutorando em Estudos da Linguagem (PUC-Rio).

Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/9991873090647402>

- Marcelo Augusto Mascarenhas –MESTRE

Experiência profissional: possui graduação em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2005) e mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE. Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Métodos de Apoio à Decisão, atuando principalmente nos seguintes temas: Marketing para os setores Público e Privado de Turismo, Avaliação e Desenvolvimento de Políticas para o Turismo, entre outros segmentos. Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/4354858618853220>

- Nadson Nei da Silva de Souza - MESTRE

Experiência profissional: Possui graduação em História pela Universidade Federal de Roraima (UFRR, 1999) e é Tecnólogo em Turismo com Habilitação em Hotelaria pelo Instituto Universitário de Tecnologia José Leonardo Chirino (2006) e Mestre em Planificación Turística - Universidad Nacional Experimental Francisco de Miranda (2005). Ministrou aulas, participou da gestão e foi responsável pela implantação do NEREA - Núcleo de Educação para as Relações Étnico Raciais e Ações Afirmativas Afrobrasileiros no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Atualmente é Docente de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Celso Suco da Fonseca no Rio de Janeiro. Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/2220475692737415>

- Soraia Wanderosck Todelo - ESPECIALISTA

Experiência profissional:  
20 anos de magistério na Educação Básica

- Suzana de Carvalho Barroso - MESTRE / DOUTORANDA

Experiência profissional: Graduiu-se em Letras (Português-Inglês) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2006, possui Especialização em Ensino de Inglês pela Universidade Federal de Minas Gerais e Mestrado em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio. Participou de diversos eventos tendo apresentado trabalhos na área de Lingüística Aplicada. Atua como professora de Língua Inglesa há 9 anos e atualmente faz parte do corpo docente do CEFET-RJ na unidade de Nova Friburgo, como professora permanente de Língua Inglesa e Portuguesa. Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/1683478468536357>

- Wilton Jorge Mattos Neves – ESPECIALISTA

Experiência profissional:

Idealizador e diretor da empresa WN Resource, tendo como objeto social principalmente o Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, Elaboração e Gestão de Projetos, Organização de eventos e Marketing direto para os setores de Turismo, Hotelaria e Eventos, (desde 2006). Assessor Técnico de Turismo – Secretaria Municipal de Turismo de Nova Friburgo, atuando na elaboração e gestão de projetos e circuitos turísticos do município; Planejamento de ações, firmando atividades em parceria com iniciativas privadas e instituições; Liderança no processo de regionalização do turismo; Participação em feiras e eventos do setor e; Responsável pela elaboração dos projetos executivos, aprovados pelo Ministério do Turismo, determinantes à captação das seguintes verbas federais: Sinalização Turística de Nova Friburgo (2008) e Maratona do Turismo 2007.

\*Rafael Affonso de Miranda Alonso - DOUTOR

\*Rodrigo de Benedictis Delphino - MESTRE

\*Yan Navarro da Fonseca Paixão - MESTRE

**\* Professores que não fazem mais parte do corpo docente**

## 6 SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA

O Câmpus Nova Friburgo encontra-se localizado em um terreno com 25.313,94 m<sup>2</sup>, conta com 2 prédios amplos, onde são realizadas as atividades administrativas e acadêmicas, além de uma grande área externa arborizada. Os prédios possuem salas de aula amplas, claras e arejadas, equipadas com quadros brancos, carteiras universitárias e murais para avisos. A biblioteca e as salas do bloco B, assim como os banheiros masculinos e femininos são de fácil acesso e com adaptações adequadas às pessoas com necessidades especiais.

Segue abaixo uma tabela com detalhamento da disponibilidade de espaço físico do Câmpus Nova Friburgo.<sup>11</sup>

**Tabela 7: Disponibilidade de espaço físico do Câmpus Nova Friburgo.**

Área física(m <sup>2</sup> )	Metragem
Área do terreno	25.313,94
Área construída	9.938,05
Área administrativa	354,80
Área pedagógica (salas, laboratórios, bibliotecas, auditórios)	1.055,19

Fonte: Departamento de Estudos de Desenvolvimento Institucional DIGES/DEEDI/CEFET, abril/2009.

A Biblioteca Francisco Faria possui acervo que atende ao programa das disciplinas dos cursos. Possui também espaço para estudos e computadores com acesso à Internet e sistema de wireless disponível para a comunidade interna e externa.

O prédio também conta com laboratórios que atendem aos diferentes cursos. Para o curso de Gestão em Turismo, existe um laboratório de Informática compartilhado com os outros cursos e o Laboratório de Gestão e Planejamento em Turismo. Esse laboratório possui mesa de reunião, datashow, impressora, 08 computadores com acesso à internet, wireless, tela para projeção de imagens e softwares de gestão e planejamento nas áreas de aprofundamento do curso. O Laboratório de Gestão e Planejamento em Turismo é um espaço multidisciplinar, aberto a professores e alunos, para o treinamento e a realização de práticas relacionadas à gestão e ao planejamento do turismo, nas suas mais diferentes

<sup>11</sup> Fonte dos dados: Departamento de Estudos de Desenvolvimento Institucional DIGES/DEEDI/CEFET, abril/2009. Disponível em: < <http://cefet-rj.br/uned-nova-friburgo/nova-friburgo-em-numeros.html>>.

esferas de trabalho, a citar: agenciamento turístico, planejamento e organização do turismo e gestão de projetos turísticos. O laboratório também está aberto às demandas das outras disciplinas do curso.

O Curso de Gestão em Turismo propõe princípios para a construção de ambientes de aprendizagem alternativos, utilizando as tecnologias - como matéria-prima de construção de conhecimento - voltadas para a aprendizagem, o exercício da autoria e o desenvolvimento de produções em grupo e não só como mídia de transmissão de informações. Os docentes utilizam ferramentas virtuais tais como blogs, redes sociais, grupos virtuais, sites, entre outras mídias para interagirem com os alunos.

O Curso conta com diversos programas de assistência estudantil tais como: Bolsa Auxílio Alimentação, Bolsa de Monitoria, Bolsa de Extensão, Iniciação Científica e Iniciação à Docência, além do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE – , que foi implementado no *câmpus* em dezembro de 2011. O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas está em consonância com o fortalecimento das políticas de inclusão educacional estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto Nº. 6571/2008 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado. No entanto, mais do que um objetivo das políticas públicas, a implementação do NAPNE é objeto de reflexão e de transformação das atitudes por parte de todos os envolvidos. A inclusão deve ser alvo de discussões muito além da esfera governamental, pois deve alcançar toda a sociedade e suas redes.

O curso também oferece avaliação de nivelamento para alunos que trazem experiência extra escolar nas disciplinas de Língua Espanhola e Inglesa, a qual permite ao aluno ingressar no nível adequado ou avançar níveis, de acordo com seu conhecimento prévio da língua.

O *câmpus* possui uma Divisão de Apoio Pedagógico – DIAPE – composta por dois Pedagogos e dois Técnicos em Assuntos Educacionais, que trabalham no atendimento às demandas discentes. Possui também um Assistente Social que atende às demandas relativas à assistência estudantil.

A DIAPE realiza projetos abertos à participação de docentes, discentes e comunidade externa, tais como:

- **Círculo de Leitura:** objetiva incentivar a leitura entre discentes, servidores e comunidade externa. No projeto são realizadas leituras compartilhadas de textos de autores brasileiros – poetas, contistas e cronistas – o que permite a fruição, o desenvolvimento da criatividade e a troca espontânea de experiências. Os encontros acontecem mensalmente na Biblioteca Francisco Faria.
- **Centro de Estudos Interdisciplinares:** é um espaço dedicado a estudos de temas interdisciplinares e está aberto à participação dos **servidores** e demais interessados em discutir temas interdisciplinares. Os encontros acontecem mensalmente na Biblioteca Francisco Faria.

O prédio conta com segurança feita por vigilantes terceirizados em tempo integral.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Raimundo de. *Nova Friburgo: a construção do mito da “Suíça brasileira” 1911-1960*, Niterói: Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista à Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2005.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 09 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP nº 27, de 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/027.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP nº 8, de 2 de dezembro de 2008. Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pcp008\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pcp008_08.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 1, de 11 de fevereiro de 2009. Estabelece Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rcp01\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rcp01_09.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 2, de 26 de junho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as Disciplinas do currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional em nível médio. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp002\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp002_97.pdf) >. Acesso em: 09 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf> >. Acesso em: 09 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 27, de 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp002\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp002_97.pdf) >. Acesso em: 09 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm) > Acesso em: 16 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm)> Acesso em: 16 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.796, de 1º de novembro de 2005. Aprovar o Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – RJ.

CANEN, Ana; MOREIRA, Antônio Flávio (Orgs.). *Ênfases e omissões no currículo*. São Paulo: Papirus, 2001.

CEFET/RJ. Projeto de Desenvolvimento Institucional para o período compreendido entre 2010-2014.

CEFET/RJ. Projeto de Desenvolvimento Institucional para o período compreendido entre 2005-2009.

CEFET/RJ. Manual do Aluno. Departamento de Educação Superior – Depes. Cursos de Engenharia, Administração Industrial, Licenciatura Em Física e Cursos Superiores de Tecnologia 2010.

DELORS, Jaques (org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília – DF/MEC/UNESCO, 2006.

DEMO, Pedro. *Educação: gestão do conhecimento e da aprendizagem*. Belo Horizonte: UNA Editoria, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de recuperação automática**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 abril 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 15 abril 2012.

LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 15 abril 2012.

SACRISTÁN, José Gimeno. *O Currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

\_\_\_\_\_. Tendências e correntes da educação brasileira. In: MENDES, Durmeval Trigueiro (Coord.). *Filosofia da educação brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

**APÊNDICE: EMENTÁRIO**